

representativa

Ingrid Rocha

O presidente da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, jurista Afonso Arinos, afirmou ontem, em entrevista ao JBr que "representativa das aspirações populares e de todos os segmentos da sociedade brasileira deve ser a Assembleia Nacional Constituinte e não a Comissão". Irritado com as observações de que a Comissão conta apenas com 10% de seus membros oriundos de camadas mais populares — como a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e o presidente da Contag, José Francisco — o ex-chanceler Arinos advertiu que não se pode confundir um organismo designado para elaborar "esboço de anteprojeto" com a Constituinte.

Para ele, "não tem sentido" desejar que a Comissão representante de segmentos sociais, sobretudo porque seu trabalho é fazer um "esboço de anteprojeto a ser submetido à Assembleia Nacional Constituinte". Afonso Arinos comparou a Comissão à composição de um ministério: "E o mesmo que dizer que um ministério não é representativo da sociedade. O presidente é quem escolhe os seus ministros. Eles não são escolhidos pelo voto. São designados".

Da mesma forma, segundo Arinos, os membros da comissão não têm que representar nada, pois não foram eleitos e a eles cabe fazer um trabalho técnico para servir de balizamento aos Constituintes eleitos em novembro de 1986. Frisou que a Comissão elaborará o "melhor anteprojeto" e que sua representatividade não pode ser medida através da sua composição: "São dois organismos distintos. Comissão não é Assembleia Nacional Constituinte".

A história de uma comissão

Várias foram as versões que circularam sobre a criação da Comissão Constitucional e os critérios adotados para a escolha de seus membros. A única delas que ainda não caiu em contradição é a que diz que Tancredo Neves desejava criar um fato político ao instituí-la oficialmente, em pomposa solenidade no Palácio do Planalto, de forma que fosse um evento marcante. O lançamento da pedra fundamental à Assembleia Nacional Constituinte. No mais, o que diz o ministro da Justiça, Fernando Lyra, não combina com o que sustenta o presidente da Comissão que conversaram com Tancredo Neves sobre quais eram seus objetivos ao criar uma comissão para elaborar um esboço de

anteprojeto para ser submetido à Assembleia Nacional Constituinte. Quem poderia esclarecer melhor pontos confusos e contraditórios de toda a história é o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Mas mantém rigoroso silêncio sobre o assunto, da mesma forma que nunca foi um entusiasta dessa Comissão.

Ulysses, contudo, em longas conversas com Tancredo Neves, indicou nomes para integrar a Comissão e com ele ponderou sobre as fortes resistências que haveriam no Congresso em relação a ela. O nome do representante da CUT/Minas, João Paulo Pires de Vasconcelos surgiu dessas conversas. Tancredo entendia que a Comissão deveria ter juristas representantes dos mais variados segmentos sociais e de diferentes tendências políticas. Nesse aspecto, Ulysses e Tancredo concordavam plenamente.

E fato que Tancredo deixou uma lista manuscrita com o jornalista Mauro Santayana com vários nomes que ele desejava que estivessem na comissão. Não corresponde a verdade, porém, que essa relação tivesse 33 nomes. Tinha 17. Os demais 16 foram exertados pelo ministro Fernando Lyra, a partir de consultas diversas: desde o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns (indicou Fábio Konder Comparato) até o presidente do PT, Luis Inácio da Silva (surgiu o nome da vereadora Benedita da Silva).

Um dia antes do presidente Tancredo Neves ser hospitalizado, o líder do Governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, conversou longamente com ele. Almoçaram juntos e o hoje candidato à prefeitura de São Paulo ponderou que, não bastasse as resistências do Congresso, sua indicação para ser o relator da Comissão reforçaria ainda mais as restrições. Afinal, ele seria líder do Governo no Congresso e relator da Comissão Constitucional.

Esse fato nunca preocupou Tancredo. Bacharel ou não em direito, líder e relator Tancredo queria Fernando Henrique na Comissão. Cogitou-se então de colocar os líderes. Seria uma forma de inibir as críticas. Mas como fazer? E os líderes da Frente Liberal, entrariam? Não era melhor deixar como estava. Só com o senador paulista. Mas é pouco importante agora se são 17, 33 ou 50 o número de membros da Comissão. Se deve ou não ter a presença dos líderes. O que importa, agora, depois de marchas e contramarchas, é que a Comissão possa ser a caixa de ressonância do projeto de Brasil dos brasileiros.

Pré-constituinte não é

Política

4 • DOMINGO, 04/8/85